

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI N° 0021471570/2024 - SEFAZNAD

### 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

A Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Habitação/FMTHPS realizam a arrecadação de créditos tributários e não tributários através das guias de arrecadação, que dependem dos serviços de recebimento das instituições bancárias, podendo ainda ocorrer o recebimento dos pagamentos através do sistema de pagamento instantâneo (Pix) e por meio de operações de crédito, conforme cada caso.

O recebimento mediante o sistema de pagamento instantâneo (Pix) e por meio de operações de crédito, são executados mediante outros contratos em vigor.

Já no caso do recebimento direto pelas instituições financeiras é necessário a realização de credenciamento, tendo em vista tratar-se de serviço que deve ser executado continuamente por múltiplas instituições de forma simultânea e sob as mesmas condições, consoante previsto no inciso I, art. 79, Lei 14.133/2021.

Cumprе ressaltar ainda que quanto maior o número de instituições financeiras credenciadas, melhor será o acesso aos contribuintes/interessados correntistas das mais variadas instituições atualmente existentes, resultando em atendimento mais eficiente às necessidades dos contribuintes/interessados e consequentemente minimizando a inadimplência dos créditos municipais.

Ademais, cumpre elucidar que todos os Credenciamentos regidos pela Lei nº 8.666/93 serão revogados em dezembro de 2024, conforme disposto na Circular SAP.LCT 0019206689, razão pela qual é necessária a instauração de novo processo de credenciamento, a fim de assegurar a continuidade dos serviços.

### 2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Informamos que muito embora não exista o Plano de Contratações Anual para o ano de 2024, a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Habitação - FMTHPS, para o ano de 2024, em razão da Circular SAP.LCT 0019206689.

### 3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

1. Previsão de que as instituições financeiras operem o recebimento das guias de recolhimento sejam no padrão FEBRABAN e que devem ter estrutura necessária para prestação do serviço, seja tecnológica e/ou física, de acordo com os serviços que ela optar.

2. Previsão de recebimento de guias mediante serviço de autoatendimento, internet, bancários e postais e correspondentes bancários, a fim de atender as necessidades de diversos contribuintes, com vistas a obtenção da arrecadação no prazo de vencimento do crédito;

3. Fixação expressa do prazo para repasse dos valores recebidos pelas instituições financeiras ao Município, bem como envio dos arquivos, contendo as baixas e o respectivo formato dos

arquivos;

4. Observar a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), em relação ao tratamento dos dados que tiver acesso em função da execução do contrato.

#### 4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

No presente caso, a contratação não está vinculada a quantidade de guias, na medida que esse fato, independe do controle da Administração, tendo em vista que cabe ao contribuinte/interessado optar pelas formas de pagamento previstas nas legislações municipais específicas de cada crédito, podendo ocorrer pelo pagamento em cota única ou parcelada (cujo número de parcelas ficará também a critério do contribuinte/interessado, observado o limite legal), resultando na variação do número de guias efetivamente recolhidas. Além disso, a qualquer tempo, ainda poderá optar pelo pagamento mediante Pix ou cartão de crédito, na forma da lei.

#### 5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

O recebimento dos créditos tributários e não tributários no Município pode ocorrer mediante guias de recolhimento, boleto, pagamento instantâneo (Pix) e operações através de cartão de crédito.

Para o recebimento através de boleto, pagamento instantâneo (Pix) e operações através de cartão de crédito há outros contratos vigentes

Para o recebimento mediante guias de recolhimento a solução existente é o recebimento através da intermediação de instituições financeiras, objeto do presente processo.

#### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para atendimento da demanda futura projeta-se aumento de 10% anual sobre o valor pago no exercício de 2023, qual seja, SEFAZ: R\$ 2.028.329,05 e FMTHPS: R\$ 34.975,34, contemplando reajustes de preços e eventual crescimento da demanda, conforme abaixo demonstrado:

SEFAZ	
1º Ano	R\$ 2.231.161,96
2º Ano	R\$ 2.454.278,15
3º Ano	R\$ 2.699.705,97
4º Ano	R\$ 2.969.676,56
5º Ano	R\$ 3.266.644,22
Total: 13.621.466,90	

FMTHPS	
1° Ano	R\$ 38.472,87
2° Ano	R\$ 42.320,16
3° Ano	R\$ 46.552,17
4° Ano	R\$ 51.207,39
5° Ano	R\$ 56.328,13
<b>Total: 234.880,72</b>	

A contratação tem como valor estimado limite dos contratos oriundos do credenciamento, observada a dotação orçamentária de cada órgão (SEFAZ e FMTHPS):

Item	Descrição	R\$ Estimado
1	Serviço de autenticação bancária de créditos tributários e não tributários do Município, no padrão FEBRABAN de documento recolhido nos caixas de auto atendimento.	<b>13.856.347,60</b>
2	Serviço de autenticação bancária de créditos tributários e não tributários do Município, no padrão FEBRABAN de Autenticação de documento recolhido pela internet.	
3	Serviço de autenticação bancária de créditos tributários e não tributários do Município, no padrão FEBRABAN de documento recolhido nos correspondentes bancários e postais.	
4	Serviço de autenticação bancária de créditos tributários e não tributários do Município, no padrão FEBRABAN de documento recolhido nos caixas das agências (guichês).	

Os quantitativos de guias arrecadas por cada serviço específico (itens 1 a 4) é variável de acordo com as opções de pagamento adotadas pelo contribuintes em cada caso específico.

## 7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

A solução consiste na contratação simultânea de instituições financeiras para o recebimento de guias de recolhimento de créditos tributários e não tributários do Município, por meio de credenciamento.

As instituições financeiras contratadas irão receber as guias de recolhimento municipais, de acordo com as formas de recebimento previstas no contrato, que poderá ser através de caixas de auto atendimento, internet, correspondentes bancários e postais e caixas das agências - guichês e creditará, diariamente os valores recebidos em conta específica do Município, apresentando relatório mensal de

arrecadação. Além disso, encaminhará ao Município arquivos digitais no padrão FEBRABAM, contendo as baixas (documentos arrecadados), até D+2.

A escolha da instituição financeira bem como o meio de pagamento ficará a critério do contribuinte, não havendo qualquer intervenção por parte do Município.

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O credenciamento contempla quatro formas diferentes de recebimento das guias de arrecadação (caixas de auto atendimento, internet, correspondentes bancários e postais e caixas das agências - guichês).

A instituição financeira poderá optar pelas formas de recebimento das guias que tem interesse e condições operacionais para credenciar-se, sem qualquer prejuízo ao objeto.

## **9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se a manutenção de serviço essencial à arrecadação do Município, adotando modelo de contratação amplamente já praticado por outros órgãos públicos.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

No que diz respeito ao objeto da presente contratação, observa-se que trata-se de contrato inerente às atividades das Secretarias envolvidas no presente processo, e portanto há servidores aptos a compor a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato - CAF, e que, em observância ao princípio da segregação de funções, os membros da CAF, serão distintos daqueles que ora integram a fase preparatória da contratação.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes, bem como não foi localizada Ata de Registro de Preços em andamento e/ou vigentes nos Consórcios CINCATARINA e CIM-AMUNESC.

## **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

De acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - CGU, pág. 18, no que diz respeito às contratações públicas *"assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis significa que deverão ser substituídos os padrões atualmente vigentes (produtor/poluidor e consumidor/consumista), altamente prejudiciais ao meio ambiente, por padrões mais razoáveis e adequados, que sejam eficientes no uso de recursos naturais, de infraestrutura e de acesso a serviços básico. O foco deixa de ser no consumo e altera-se para a cidadania e a preservação do meio ambiente"*.

Assim, a contratação sustentável integra considerações socioambientais objetivando reduzir impactos negativos ao meio ambiente e consequentemente aos direitos humanos.

Em relação ao objeto da contratação em questão e também em virtude da natureza jurídica da instituição que será contratada, não vislumbramos diretamente impacto ambiental para a contratação. No entanto, em linhas gerais, será inserida no Termo de Referência obrigação para que a contratada observe em suas atividades, sempre que for cabível, minimamente os critérios de sustentabilidade previstos no Guia

### 13. ANÁLISE DE RISCOS

**De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual**

Identificação/Risco	Consequência	Análise		Avaliação		Tratamento	Conduta	Risco após tratamento
		Probabilidade	Impacto	Pontuação	Risco			
PLANEJAMENTO/CONTRATAÇÃO								
Atraso nos procedimentos para contratação em tempo hábil para início da execução findo o contrato atual	Vencimento do atual contrato	2	3	6	Médio	Mitigar	Promover os procedimentos necessários à contratação com prioridade nos procedimentos.	Muito baixo
Impossibilidade de finalização do processo de contratação em tempo hábil para início da execução findo o contrato atual	Falta de contrato assinado na data prevista	2	3	6	Médio	Mitigar	Acompanhar os procedimentos de contratação, todavia, no caso, há contratos vigentes decorrentes do atual contrato que poderão ser prorrogados.	Muito baixo
Previsão de quantitativos insuficientes/excessivamente elevados	Necessidade de alteração contratual para acréscimo ou supressão de quantidades	1	2	2	Baixo	Mitigar	Praticar/estimar quantitativos baseados nos dados históricos do atual contrato.	Muito baixo
Contratação envolve acesso a dados pessoais	Dano aos direitos de personalidade	1	1	1	Baixo	Mitigar	Inserir no Termo de Referência obrigação para que a contratada observe a Lei Geral de Proteção de Dados, em relação aos dados pessoais que terá acesso em função da prestação de serviço.	Muito baixo
CONTRATAÇÃO								
Contratado não assina o contrato	Atrasos na execução contratual	1	3	3	Médio	Mitigar	Acompanhar os procedimentos de contratação, todavia, no caso, há contratos vigentes decorrentes do atual contrato que poderão ser prorrogados.	Muito Baixo
Execução do contrato em desconformidade com as condições contratualmente praticadas	Ausência de aceite do serviço prestado e encaminhamento de Notificação por descumprimento de contrato	1	2	2	Baixo	Mitigar	Orientar previamente a contratada acerca das condições pactuadas acerca da forma da prestação do serviço.	Muito Baixo

Contratado atrasa o repasse ao Município referente o valor fixado no instrumento contratual	Inexecução parcial do contrato	1	4	4	Médio	Mitigar	Prever possibilidade de multa, juros e correção em caso de não cumprimento da obrigação na data prevista.	Baixo
Contratado não cumpre com a obrigação de pagamento do valor fixado ao Município	Inexecução do contrato	1	4	4	Médio	Mitigar	Prever no instrumento de contrato a possibilidade de rescisão do contrato e aplicação de sanções.	Baixo
Rescisão antecipada do contrato por descumprimento	Falta de prestação de serviço	1	5	5	Médio	Transferir	Manter edital de Credenciamento publicado a fim de possibilitar o ingresso de instituições financeiras interessadas.	Baixo

#### 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		Conforme já descrito neste ETP o modelo de contratação de instituição financeira única além de ser amplamente adotado por outros órgãos públicos, e alia-se a outras forma de pagamento, a fim de garantir diversos meios de pagamento aos contribuintes, minimizando inclusive a inadimplência.
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		Sim, além disso, é amplamente adotado por outros órgãos públicos
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		De acordo com a análise de riscos disposta acima, observa-se que os riscos da presente contratação, são inerentes a grande parte das contratações realizadas pelos entes públicos, sendo que todos podem ser mitigados ou transferidos e não há risco de nível grave que possa vir a causar danos ao erário.
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.		x	
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?			Não se aplica, conforme indicação no Parâmetro 6

Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução descrita no presente Estudo Técnico Preliminar, a qual consiste na contratação, mediante credenciamento, de instituições financeiras para o recebimento de guias de recolhimento

de créditos tributários e não tributários do Município..

Portanto, diante de todo o exposto, julga-se que a solução descrita no presente Estudo Técnico Preliminar é adequada ao atendimento das necessidades do Município relacionadas, que objetiva viabilizar diversos meios de pagamento aos contribuintes, minimizando inclusive a inadimplência.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina dos Santos de Sant Ana, Diretor (a) Executivo (a)**, em 03/06/2024, às 14:36, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Bade, Secretário (a)**, em 03/06/2024, às 16:51, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Caio Pires do Amaral, Gerente**, em 04/06/2024, às 15:42, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Tomas Allgayer Freitag, Coordenador(a)**, em 05/06/2024, às 09:17, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0021471570** e o código CRC **C4A73824**.

Av. Hermann A Lepper, 10 - Bairro Centro - CEP 89221-005 - Joinville - SC -  
[www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)